

AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO NORDESTE COMO UM FENÔMENO ESTRUTURAL

Maria Nobre Damasceno

1. CONTEXTO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O propósito deste trabalho é discutir as relações existentes entre as oportunidades educacionais no ensino de 1.º grau e o sistema de produção agrícola da Região Nordeste. Situa-se, pois, entre aqueles que buscam uma compreensão a partir da análise inter-relacional dos fatores sociais.

A região Nordeste segundo a Fundação Getúlio Vargas tem como setor econômico mais importante a agropecuária. Em 1970 este setor participou com 35% da renda global da Região, enquanto o setor industrial colaborou com apenas 12%. Em alguns Estados do Nordeste essa participação do setor primário chega a 50%, enquanto as atividades agrícolas absorvem 60% da população economicamente ativa (rev. Isto É de 20/9/78).

A estrutura fundiária se caracteriza pela concentração da posse da terra, conforme revelam estudos realizados por técnicos da SUDENE (Franco 1979 e Moreira Filho 1979), pela SUDEC — Superintendência do Desenvolvimento do Ceará (1976), e por Lopes (1978). Ressalta que a concentração da propriedade é mais acentuada na zona da mata onde predomina a monocultura da cana-de-açúcar e no sertão no qual há grandes extensões destinadas à criação de gado. Ambas as atividades são marcadamente influenciadas pelas formas de ocupação e colonização implantadas na Região no período colonial e que, continuam até os dias atuais.

Quanto à divisão social do trabalho agrícola, no Nordeste, pode-se visualizar por um lado, o camponês não assalariado que trabalha a terra como proprietário, arrendatário, parceiro e por outro lado, o trabalhador assalariado cuja ocupação pode ser permanente ou temporária. Observa-se que a maioria dos

assalariados rurais possui ocupação temporária em contraposição a uma minoria que tem ocupação permanente.

Os estudiosos do perfil da educação no Nordeste são unânimes em reconhecer a fragilidade e as deficiências do sistema educacional da Região. Tomando como referência os dados do Censo de 1970 fornecidos pelo IBGE, observa-se que à época, a população escolarizável de 7 a 14 anos era de mais de seis (6) milhões de crianças das quais menos da metade (cerca de 49%) conseguia entrar na escola de 1.º grau. A situação é bem mais catastrófica no meio rural onde mais de 60% da população escolarizável não tinha acesso à escola. Informações mais recentes indicam o agravamento desse quadro, pois a taxa de escolarização da Região baixou de 49% em 1970 para cerca de 46% em 1976 (Kerstenetzky, 1979).

Quando se enfoca o sistema educacional existente do ponto de vista da qualidade constata-se um elevado índice de reprovação e evasão, particularmente da 1.ª para a 2.ª série do 1.º grau. Observa-se ainda que 75% das matrículas concentra-se na 1.ª série; a evasão e as reprovações atingem cerca de 80% das crianças matriculadas nesta série. Em consequência disto apenas 20% aproximadamente ultrapassa a barreira da 1.ª série e somente 3% das crianças que se matriculam na 1.ª série atingem a 4.ª série do 1.º grau. (Japiassu, 1978).

Entre os problemas mais graves destaca-se a qualificação do corpo docente. Neste aspecto, a situação não é tão inquietante na zona urbana, mas no meio rural mais de 90% do professorado é leigo, a maioria deles com o 1.º grau incompleto.

Face à situação exposta a questão básica que este estudo tenta responder é a seguinte: quais as relações existentes entre o sistema de produção agrícola, as oportunidades e a qualidade do ensino do 1.º grau?

2. DESIGUALDADES SOCIAIS E EDUCACIONAIS

A premissa fundamental implícita neste trabalho é que a educação constitui um dos componentes que integram o processo global de desenvolvimento de uma sociedade, daí a necessidade de se compreender as inter-relações da educação com outras importantes variáveis que compõem o todo social.

Essa primeira colocação supõe o emprego de uma abordagem ampla para o estudo do fenômeno educativo, ou seja, faz-se necessário escolher um arcabouço teórico apropriado, que auxilie a explicação da realidade empírica apreendida.

A análise dos fenômenos sociais pode ser realizada tomando-se como quadro de referência duas orientações teóricas básicas: a teoria do consenso (paradigma funcionalista) ou a teoria do conflito (paradigma dialético). A idéia fundamental subjacente ao consenso, é que a sociedade de estrutura sobre a harmonia social enquanto a teoria do conflito postula que a sociedade se estrutura sobre um conflito permanente (Graziarena, 1971).

Na perspectiva da teoria do conflito a sociedade é concebida como um sistema de forças em desequilíbrio. Os ingredientes desse conflito são os diferentes interesses dos grupos sociais, tais como: as classes sociais, as populações urbana e rural, os grupos de pressão, os partidos políticos entre outros. A sociedade é então entendida como uma unidade complexa, que envolve grande variedade de elementos, cuja compatibilidade é conseguida não de forma espontânea, mas através do poder que é a expressão da dominação de uma classe sobre as demais. Como consequência lógica, nesse enfoque a dinâmica e a mudança social constituem os fenômenos sociais fundamentais, posto serem frutos da oposição de interesses e da luta, entre os grupos ou classes sociais.

Na mesma perspectiva da teoria do conflito e utilizando como instrumento de análise o paradigma dialético, cientistas sociais latino-americanos procuram explicar a situação de "subdesenvolvimento" das nações da América Latina através do processo de dependência a que foram submetidos estes países. O ponto central desta abordagem é a "concretização histórica" das referidas sociedades, as quais desde seu nascedouro estiveram mergulhadas na dependência do capitalismo externo. Portanto, o objeto de estudo neste enfoque é a "especificidade da situação de dependência", gerada pelas contradições inerentes ao sistema capitalista e que envolve o conjunto das variáveis macro-estruturais-econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais.

A contribuição da teoria da dependência é de vital importância para o entendimento do processo de desenvolvimento das sociedades latino-americanas, tendo em vista que a mesma constitui "uma tentativa de explicação de carácter global", que envolve tanto a interpretação das etapas históricas das formações sociais destas sociedades; "como também a configuração estrutural existente", possibilitando a partir daí a análise do porvir histórico dessas sociedades (Kowarick, 1977).

Um exame mais cuidadoso da temática da dependência deixa claro que a mesma além da dimensão externa configurada em termos de "países centrais" e "países periféricos",

apresenta também a faceta de dependência interna a cada país. A problemática da dependência interna é examinada por Cardoso e Faletto (1979), os quais lembram ser fundamental compreender os vínculos estruturais da dependência externa, sem conteúdo atribuir aos "centros hegemônicos" a determinação plena da dinâmica do desenvolvimento dos países periféricos. Assim, ainda de acordo com o pensamento dos autores citados é fundamental uma análise integrada do processo de desenvolvimento nacional, objetivando determinar as "vinculações econômicas, e políticas sociais que se dão no âmbito da nação, bem como os vínculos (de toda ordem) desta com o sistema político e econômico mundial. Nessa perspectiva a dependência encontra não apenas "expressão interna", mas também "seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais entre classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior" (Cardoso e Faletto, p. 31).

A sociedade brasileira em geral e a nordestina em particular podem ser caracterizadas como sociedades dependentes, desde o seu nascimento. Isto se evidencia pela análise do modelo agrário-exportador implantado no princípio da colonização o qual inseriu a mesma no sistema capitalista comercial e na condição de sociedade periférica. A referida situação não foi alterada quando cessou a condição de colônia. Embora deva-se ter presente, o que dizem Cardoso e Faletto (1979, p. 30): quando se coloca como objetivo instaurar uma nação, o centro político da ação das forças sociais tenta ganhar certa autonomia, contudo as vinculações econômicas, continuam sendo defendidas objetivamente em função do mercado externo fato que implica em limitação das possibilidades de decisão e ação autônomas.

No Nordeste além da dependência externa, observa-se fortes vínculos de subordinação às regiões Sul e Sudeste. Ressalta-se ainda a dominação a nível local decorrente da estrutura fundiária formada pelo complexo latifúndio — minifúndio a qual permite a exploração da maioria da população por parte dos grupos minoritários detentores do poder econômico e político.

Especificamente no que concerne ao aspecto educacional, o Nordeste apresenta uma situação reconhecidamente difícil, tanto no que se refere ao acesso à escola, como no que diz respeito à qualidade do ensino. Ambos parecem constituir-se num reflexo das desigualdades sócio-econômicas da região.

Tal situação pode ser explicada através de uma abordagem estrutural que busque os vínculos entre as variáveis de ordem econômica e social e aquelas de cunho educacional.

Como evidencia a análise empreendida por Cunha (1977), "a escolarização desigual" não pode ser explicada pela carencia conjuntural e sim pela própria estrutura de classe da sociedade. Isto significa que o problema-chave da desigualdade escolar não reside apenas na barreira do subdesenvolvimento em si, mas fundamentalmente na existência de uma sociedade estruturada em setores ou classes, que não pode por definição empreender a construção de uma sociedade aberta.

A consequência lógica desse tipo de sociedade é a desigualdade nos diversos planos sociais incluindo o da educação. Com efeito, o estudo de Cunha revela que os filhos oriundos da família com baixa renda têm menos chances de entrar na escola. Isto é facilmente demonstrado quando se toma como objeto da análise as regiões mais dependentes, como é o caso dos Estados do Nordeste que apresentam baixas taxas de escolarização. Ceará (40%); Maranhão (41%) e Alagoas (42,5%) se comparadas com a taxa de escolarização média do país que é de 66,3%.

De acordo com o pensamento de Cunha (1977) a manutenção das desigualdades sociais e a justificativa para a existência das mesmas constituem dimensões da ideologia do liberalismo burguês. Pois com o desenvolvimento do liberalismo a igualdade de oportunidades passa a ser entendida como igualdade de "exposição" a um determinado programa. Se todas as crianças são submetidas ao mesmo currículo seu fracasso não pode ser atribuído à instituição (ou ao sistema) mas às suas limitações pessoais. Nota-se a prevalência do pressuposto individualista e a ideologia das aptidões naturais.

Essa visão liberal do conceito de igualdade de oportunidades educacionais é criticada por Colman (1974) quando ele destaca que a igualdade de oportunidades educacionais não significa apenas escolas "iguais para todos", mas também escolas igualmente eficazes, cuja influência seja capaz de eliminar as diferenças entre as crianças provenientes de categorias sociais distintas.

Uma análise aprofundada da noção de igualdade de oportunidades educacionais feita a partir da crítica da ideologia das aptidões naturais é realizada com muita propriedade por Biseret (1979). Segundo esta autora na primeira metade do século XIX a burguesia que havia se beneficiado com a distribuição da velha ordem sócio-econômica feudal, passaria a pen-

sar o conceito de igualdade de oportunidades educacionais de forma a beneficiar os membros de sua classe social.

Como o ensino público para as classes populares é negligenciado e o esforço para a oferta de educação se concentra no ensino secundário reservado aos filhos da burguesia, torna-se imperativo elaborar uma ideologia que permita justificar as desigualdades e reduzir assim e oposição ameaçadora aos seus privilégios. Essa ideologia toma como elemento-chave o conceito de aptidões naturais, que se arquiteta de acordo com o seguinte raciocínio — se todos os homens são livres e iguais no direito, o destino do ser humano não depende mais da ordem estabelecida, mas das aptidões individuais, decorrentes das diferenças físicas, biológicas e psíquicas.

Dessa perspectiva, é fácil deduzir-se que a aptidão torna-se uma característica essencial e hereditária, justificadora das desigualdades sociais e educacionais. Portanto, "os esquemas explicativos das diferenças e desigualdades sociais encontram-se elaborados em nome da própria ideologia igualitária" (Bisseret, 1979, p. 41).

Como observa Freitag (1978), os sistemas educativos ditos liberais ao mesmo tempo em que promovem aqueles julgados aptos, segundo seus padrões e mecanismos de seleção, criam os sistemas de pensamento que legitimam a exclusão dos não privilegiados. A explicação dada para a exclusão é sempre referida às condições inferiores do aluno — falta de habilidades e de capacidades, maus desempenhos e nunca faz referência a causa fundamental no caso a ideologia da classe dominante.

A ideologia liberal ao deslocar a igualdade de oportunidades educacionais do plano social para o individual e por um lado mascara a realidade reduzindo a oposição das classes trabalhadoras, por outro lado, serve para acentuar demasiadamente as contradições entre as classes dominantes e dominada. Esta afirmação adquire peso quando se examina uma sociedade onde essas contradições são gritantes como é o caso do Nordeste.

Uma outra dimensão das desigualdades de oportunidades educacionais refere-se à qualidade do ensino oferecido pela escola. Essa variável pode ser apreendida objetivamente através de um conjunto de fatores intra-escolares: recursos materiais, corpo docente, experiências de aprendizagem, números de horas que o aluno passa na escola diariamente. Se a qualidade dos recursos humanos e materiais que os estudantes recebem estão em função de sua classe social (Cunha, 1977), é fácil deduzir que a "sonegação do conhecimento" não é vencida apenas pelo rompimento da barreira da entrada na escola.

A propósito dos estudos desenvolvidos por Mello (1979, 1982) confirma que os fatores intra-escolares funcionam como mecanismos discriminativos e conseqüentemente seletivos, estando os mesmos fortemente associados ao fracasso dos alunos das classes sociais menos favorecidas. O mais sério é que a ideologia dominante (ideologia do sucesso) faz com que mesmo as crianças da 1.^a série julguem-se culpadas pelo insucesso escolar (Penna Firme e Bonamigo, 1980).

Em síntese, o problema da seletividade educacional, numa sociedade dependente, como é o caso da nordestina, ocorre tanto ao nível micro-social determinado por fatores intra-escolares, como ao nível micro-social, determinado pelos critérios relacionados à origem de classe. Pode-se afirmar então, que quanto menos privilegiado é um grupo ou estrato social, menos acesso tem ao sistema escolar e menor chance tem de permanecer no sistema.

3. HIPÓTESES

Considerando o quadro de referência teórico, pode-se hipotetizar que as oportunidades educacionais e a qualidade do ensino de 1.^o grau estão relacionadas com o sistema de produção agrícola da Região, o que nos permite construir as seguintes hipóteses:

3.1 — *Quanto maior é a participação da população economicamente ativa do setor agrícola quando comparada com a do setor industrial, menores as oportunidades educacionais e pior a qualidade do ensino de 1.^o grau.*

3.2 — *Quanto maior é o número de estabelecimentos agrícolas de tamanho pequeno, quando comparados com estabelecimentos agrícolas de tamanho médio e grande, maiores as oportunidades educacionais e melhor a qualidade do ensino de 1.^o grau.*

3.3 — *Quanto maior é o número de pessoas com ocupação permanente, quando comparadas com o número de pessoas com ocupação temporária do setor agrícola; maiores as oportunidades educacionais e melhor a qualidade do ensino de 1.^o grau.*

4. DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

A seguir apresenta-se a definição operacional das variáveis deste estudo.

4.1 — Variáveis Relativas ao Sistema de Produção Agrícola.

As três (3) variáveis definidas operacionalmente a seguir, foram selecionadas porque pesquisas realizadas indicam serem estas as variáveis que caracterizam o sistema de produção agrícola de Estado selecionado para este estudo (SUDEC, 1977).

4.1.1 — População Economicamente Ativa.

Compreende o número total de pessoas que trabalham nos setores agrícola, industrial e de serviços, fornecido pelo Censo Demográfico da Fundação IBGE.

4.1.2 — Dimensão do Estabelecimento Agrícola.

É dado em hectare (ha), conforme o Censo Agrícola do IBGE. Os estabelecimentos foram agrupados em três categorias de acordo com suas dimensões, utilizando-se critérios similares aos adotados pela SUDEC (1977) e CEPA* (1978). Estabelecimentos pequenos menos de 1 a menos de 100 ha; estabelecimentos médios de 100 a menos de 500 ha e estabelecimentos grandes — mais de 500 ha.

4.1.3 — Trabalhadores Assalariados do Setor Agrícola.

O Censo Agrícola do IBGE agrupa os trabalhadores assalariados rurais em duas categorias principais — ocupação permanente e ocupação temporária.

4.2 — Variáveis do Sistema de Ensino de 1.º Grau do Estado por Microrregiões.

4.2.1 — Oportunidades Educacionais no Ensino de 1.º Grau. Esta é composta por dois indicadores: o número de pessoas alfabetizadas acima de 15 anos e a população escolarizada de 7 a 14 anos.

* CEPA = Coordenadoria Estadual de Planejamento Agrícola.

4.2.2 — Qualidade do Ensino de 1.º Grau.

A qualidade do Ensino do 1.º grau aqui medida considerando-se somente a qualificação do professor, ou seja, se o professor possuía, no mínimo, a habilitação para o magistério em curso de 2.º grau.

5. METODOLOGIA

5.1 — Delineamento da Pesquisa.

O presente estudo teve como objetivo primordial verificar as relações entre as variáveis educacionais (oportunidades educacionais e qualidade do ensino de 1.º grau) e algumas variáveis do sistema de produção agrícola do Nordeste.

O procedimento metodológico básico consistiu em calcular os índices (taxas percentuais) referentes aos dois conjuntos de variáveis que se pretendia correlacionar, de conformidade com as especificações apresentadas a seguir:

5.2 — Variáveis Relativas ao Sistema de Produção Agrícola.

5.2.1 — População Economicamente Ativa do Estado por Microrregiões.

a) Taxa de Pessoas Economicamente Ativas no Setor Agrícola:

$$TPSA = \frac{\text{N.º de Pessoas Econ. do Setor Agrícola}}{\text{Total Pop. Econ. Ativa do Estado}} \times 100$$

b) Taxa de Pessoas Economicamente Ativas no Setor Industrial:

$$TPSI = \frac{\text{N.º de Pessoas Econ. Ativas do Setor Industrial}}{\text{Total Pop. Econ. Ativa do Estado}} \times 100$$

c) Taxa de Pessoas Economicamente Ativas do Setor de Serviços:

$$TPSS = \frac{\text{N.º Pessoas Econ. Ativas do Setor de Serviços}}{\text{Total de Pop. Econ. Ativa do Estado}} \times 100$$

5.2.2 — Dimensões do Estabelecimento Agrícola.

a) Taxa de Estabelecimentos Pequenos:

$$TEP = \frac{\text{N.º de Estab. de Tamanho Pequeno}}{\text{Total de Est. Agrícolas}} \times 100$$

b) Taxa de Estabelecimentos Médios:

$$TEM = \frac{\text{N.º de Estab. de Tamanho Médio}}{\text{Total de Estab. Agrícolas}} \times 100$$

c) Taxa de Estabelecimentos Grandes:

$$TEG = \frac{\text{N.º de Estab. de Tamanho Grande}}{\text{Total de Estab. Agrícolas}} \times 100$$

5.2.3 — Trabalhadores Assalariados do Setor Agrícola do Estado por microrregiões.

a) Taxa de Pessoas com Ocupação Permanente:

$$TPOP = \frac{\text{N.º de Pessoas, Ocupação Permanente}}{\text{PEA do Setor Agrícola}} \times 100$$

b) Taxa de Pessoas com Ocupação Temporária:

$$TPOP = \frac{\text{N.º de Pessoas, Ocupação Temporária}}{\text{PEA do Setor Agrícola}} \times 100$$

5.3 — Variáveis referentes ao Sistema de Ensino do 1.º Grau.

5.3.1 — Oportunidades Educacionais no Ensino de 1.º Grau do Estado por Microrregiões.

a) Taxa de Pessoas Alfabetizadas:

$$TPA = \frac{\text{N.º de Pessoas menos de 15 anos ou mais que sabem ler}}{\text{População Total de 15 ou mais anos}} \times 100$$

b) Taxa de Escolarização:

$$TES = \frac{\text{N.º de Pessoas de 7 a 14 matric. em Esc. de 1.º Grau}}{\text{População da Faixa etária de 7 a 14 anos}} \times 100$$

A taxa referente à variável "oportunidades" educacionais no ensino de 1.º Grau" (TOPE), foi obtida através da média aritmética (relativa) dos dois indicadores que compõem a variável.

$$TOPE = \frac{\text{TPA} + \text{TES}}{2}$$

5.3.2 — Qualidade do Ensino de 1.º Grau do Estado por Microrregiões.

$$TQEN = \frac{\text{N.º Prof. em exercício com no mín. diploma do c. normal}}{\text{N.º total de Professores em exercício no 1.º grau}} \times 100$$

5.4 — Definição da Amostra.

Para executar esta pesquisa, selecionou-se o Ceará com suas 23 microrregiões. A escolha foi fundamentada nos seguintes critérios:

— no que se refere ao nível de desenvolvimento sócio-econômico, o Ceará ocupa a posição de Estado medianamente desenvolvido no contexto da Região, notadamente quanto ao da produção agrícola, o qual apresentava em 1970, 35% da renda neste setor, situando-se quase na média da Região que é igual a 37% (Damasceno, 1980).

— quanto ao aspecto educacional, este Estado também pode ser considerado representativo, tendo em vista que uma das características da situação educacional na região é a homogeneidade. Em qualquer Estado a rede escolar apresenta a mesma feição "sem alterações significativas quer se trate do déficit de matrícula de sala de aula ou de professores qualificados" (Japiassu, 1978).

5.5 — Procedimentos para a Coleta de Dados

Os dados utilizados neste estudo são provenientes de duas fontes básicas: censo e registros.

No que concerne às variáveis do sistema de produção agrícola as principais fontes utilizadas dizem respeito aos Censos Demográficos e Agrícola do Ceará de 1970. Relativamente às variáveis do sistema de ensino de 1.º grau além do Censo Demográfico do Ceará de 1970, usou-se dados provenientes de registros escolares, sistematizados pelo CEDIN (Centro de Informação do SE-Ce.), consubstanciados no Plano Estadual de Educação do Ceará, 1979 — 1983.

5.6 — Análise dos Dados

A análise das informações foi realizada utilizando-se basicamente a abordagem descritiva, a qual foi feita a partir dos índices (taxas percentuais) em função das hipóteses que nortearam o trabalho. No sentido de enriquecer essa análise empregou o teste de correlação por postos de Spearman, que possibilitou verificar as relações entre os dois conjuntos de variáveis de conformidade com as hipóteses formuladas.

A partir da abordagem descritiva efetuou-se uma análise explicativa dos resultados tomando-se por base o referencial teórico concernente tanto à estrutura de produção agrícola, quanto às oportunidades educacionais e a qualidade do ensino, de 1.º grau do Nordeste.

6 — APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta parte do trabalho apresentam-se os resultados referentes a cada uma das hipóteses de uma forma descritiva.

Esta apresentação é realizada em função do objetivo principal deste estudo, qual seja: verificar as relações existentes entre o subsistema de produção agrícola e as oportunidades e a qualidade do ensino de 1.º grau no Nordeste.

- a) *Hipótese 1*: quanto maior é a participação da população economicamente ativa do setor agrícola quando comparada com a do setor industrial, menores as oportunidades educacionais e a qualidade do ensino de 1.º grau.

Ao examinar o Quadro 1 — Coluna A, que trata da relação entre população economicamente ativa do setor agrícola (TPSA) e as oportunidades educacionais, (TOPE) evidencia-se a consistência entre o comportamento dos dados e o suporte teórico do qual derivou-se a hipótese.

O exame dos dados da coluna A permite constatar que aquelas microrregiões que têm TPSA situado acima de P85' em contraposição apresentam também as menores taxas de pessoas economicamente ativas no setor industrial. Isto pode ser demonstrado pelos percentuais das microrregiões Serra do Pereiro, Serrana de Caririáçu, Sertões de Inhamuns, Chapada do Araripe, Sertões de Senador Pompeu e Médio Jaguaribe.

QUADRO I

Dados Percentuais referentes as Variáveis Econômicas e as Variáveis Educacionais no Ensino de 1.º Grau do Ceará - 1970

MICRORREGIÕES	A		B		C	
	HIPÓTESE 1 Relação entre TPSA	TOEP	HIPÓTESE 2 Relação entre TEP	TOPE	HIPÓTESE 3 Relação entre TPOP	TOPE
01. Litoral de Camocim - Acarauá	74.50	37.0	92.0	37.0	2.0	37.0
02. Baixo Médio Acarauá	60.0	40.0	92.0	40.0	1.0	40.0
03. Uruburetama	82.0	39.0	89.0	39.0	3.0	39.0
04. Fortaleza	13.0	66.5	95.0	65.0	3.0	66.5
05. Litoral de Pacajus	66.0	44.0	95.0	44.0	7.0	44.0
06. Baixo-Jaguaribe	65.0	49.5	83.0	49.5	13.0	49.5
07. Ibiapaba	82.0	35.5	95.50	35.5	1.0	35.5
08. Sobral	48.0	44.5	91.50	44.5	2.0	44.5
09. Sertões de Canindé	77.0	39.5	87.0	39.5	3.0	32.5
10. Serra de Baturité	80.0	45.5	95.5	44.5	6.0	44.5
11. Ibiapaba Meridional	83.0	43.5	88.5	43.5	1.0	43.5
12. Sertões de Crateús	78.0	43.0	85.0	43.0	1.0	43.5
13. Sertões de Quixeramobim	83.0	37.0	84.50	37.0	2.0	37.0
14. Sertões de Senador Pompeu	86.0	47.0	85.5	47.0	1.0	47.0
15. Médio-Jaguaribe	86.0	49.0	89.8	49.0	3.0	49.0
16. Serra do Pereiro	91.0	38.0	86.20	38.0	1.0	38.0
17. Sertões de Inhamus	90.0	37.0	79.0	37.0	4.0	37.0
18. Iguatu	77.5	45.0	91.0	45.0	2.0	45.0
19. Sertões de Salgado	83.0	45.0	93.0	45.0	3.0	45.0
20. Serrana de Caririáçu	90.5	41.5	93.5	41.5	1.0	41.5
21. Sertões de Cariri	80.5	42.0	93.0	42.0	7.0	42.0
22. Chapada do Araripe	87.5	38.5	90.0	38.5	3.0	38.5
23. Cariri	47.5	52.0	96.0	52.0	3.0	52.0
rh	0.40		0.37		0.35	

todas com TPSA acima de 85% e taxas do setor industrial nunca superiores a 3%. Das seis microrregiões referidas quatro apresentam as mais baixas taxas de oportunidades educacionais do Estado com TOPE situado abaixo de P35'.

A lógica dessas relações permanece, quando se analisa o subconjunto das microrregiões de: Fortaleza, Cariri, Sobral, Baixo — Médio — Acaraú, Baixo Jaguaribe e Litoral de Pacajus, que se situam abaixo do P25 em termos do TPSA e por outro lado, sistematicamente apresentam as maiores taxas de participação da população no setor industrial. A consistência das relações estudadas continua quando se considera as taxas de oportunidades educacionais; e este grupo detém as TOPE mais elevadas do Estado, exceto o caso do Baixo — Médio — Acaraú.*

Os resultados do teste de correlação por postos de Spearman confirma hipótese 1, quando a relação TPSA *versus* TOPE com um coeficiente igual a $r = 0,40$; relação significativa ao nível de 0,05 (com $g = 1 = 22$).

A análise do Quadro 2 — Coluna A, que trata das relações entre TPSA e a qualidade do ensino (TQEN) revela a existência de uma situação similar àquela constatada quando se examinou a associação entre TPSA e TOPE. De fato, tanto o grupo de microrregiões que concentra acima de P75' quanto o subconjunto que se situa abaixo do P25 é basicamente o mesmo. O que chama a atenção com relação à qualidade do ensino é que a variação dos índices é bem maior aqui. Enquanto as TOPE variam de 30% a 75% as TQEN variam de 16% a 92%. De um modo geral, a qualidade do ensino apresenta-se mais deficiente do que as oportunidades educacionais.

O coeficiente de correlação $r_h = 0,48$, significativo ao nível de 0,05 (com $g = 1 = 22$); confirma a hipótese 1, que sugere a relação inversa entre TPSA e TQEN.

De fato, tais resultados evidenciam consistência com suporte teórico que deu origem a hipótese.

b) *Hipótese 2*: quanto maior o número de pequenos estabelecimentos agrícolas, quando comparados com o número de grandes estabelecimentos agrícolas, maiores as oportunidades educacionais e a qualidade do ensino de 1.º grau.

* Essa microrregião apresenta altas taxas referentes a população economicamente ativa no setor industrial e baixas TOPE. Esta constatação ilógica, pode ser atribuída ao fato do IBGE computar a produção artesanal dentro do setor industrial. Com efeito esta microrregião destaca-se pela produção artesanal de redes e artefatos de palha de carnaúba, trata-se na verdade de uma área muito pobre.

QUADRO 2

Dados Percentuais referentes as Variações Econômicas e as Oportunidades Educacionais no Ensino de 1.º Grau do Ceará — 1970 —

MICRORREGIÕES	A		B		C	
	HIPÓTESE 1.b Relação entre TPSA	TQEM	HIPÓTESE 2.b Relação entre TEP	TQEN	HIPÓTESE 3.b Relação entre TPOP	TQEN
01. Litoral de Camocim e Acaraú	74.50	31.00	92.00	31.00	2.00	31.00
02. Baixo Médio Acaraú	60.00	22.50	92.00	22.50	1.00	22.50
03. Uuruburetama	82.00	27.80	89.00	27.80	3.00	27.80
04. Fortaleza	73.00	92.20	95.00	92.00	8.00	92.00
05. Litoral de Pacajus	66.00	26.90	95.00	26.90	7.00	26.90
06. Baixo - Jaguaribe	65.00	38.30	93.00	38.30	3.00	38.30
07. Ibiapaba	82.00	20.90	95.50	20.90	1.00	29.90
08. Sobral	48.00	33.70	91.50	33.70	2.00	33.50
09. Sertões de Canindé	77.00	25.60	87.00	25.60	3.00	25.60
10. Serra de Baturité	80.00	30.60	95.00	30.50	6.00	30.50
11. Ibiapaba Meridional	83.00	18.20	88.50	18.20	1.00	18.20
12. Sertões de Crateús	78.00	20.50	85.00	20.50	1.00	20.50
13. Sertões de Quixeramobim	83.00	22.00	84.50	22.00	2.00	22.00
14. Sertões de Senador Pompeu	86.00	25.70	88.50	25.70	1.00	25.70
15. Médio Jaguaribe	86.00	35.00	89.80	35.00	3.00	35.00
16. Serra do Pereiro	91.00	25.00	86.20	25.00	1.00	25.00
17. Sertões do Inhamuns	90.00	16.70	79.00	16.70	4.00	16.70
18. Iguatu	77.50	22.70	91.00	22.70	2.00	22.70
19. Sertões de Salgado	83.00	28.80	93.00	28.80	3.00	28.80
20. Serra de Caririáçu	90.50	19.20	93.50	19.20	1.00	19.20
21. Sertões do Cariri	80.50	34.00	93.00	34.00	7.00	34.00
22. Chapada do Araripe	97.50	23.00	90.00	23.00	3.00	23.00
23. Cariri	47.50	65.80	96.00	65.50	8.00	65.50
	rh	0.48		0.51		0.61

Passa-se a apresentar os dados concernentes às relações entre as taxas de pequenos estabelecimentos agrícolas (TEP) e das oportunidades educacionais (TOPE), considerando os índices do quadro 1 — coluna A.

Tomando-se para análise o subconjunto das seis microrregiões que apresentam as taxas mais elevadas de pequenas propriedades (TEP situada acima de P93), observa-se que este grupo de microrregiões é precisamente aquele que detém as menores percentagens de grandes estabelecimentos agrícolas (nunca superior a P1).

O referido grupo é formado pelas microrregiões de: Cariri, Serra da Ibiapaba, Fortaleza, Litoral de Pacajus, Serra do Baturité, Serrana de Caririçu e Baixo Jaguaribe.

Quando se enfoca o aspecto educacional, tanto as oportunidades, quanto a qualidade do ensino (quadro 1 e 2, coluna A) constata-se que dentre as microrregiões que apresentam maior TEP, cinco delas (Fortaleza, Cariri, Baixo Jaguaribe e Serra do Baturité) detêm altas taxas de oportunidades educacionais (acima de P44) e qualidade do ensino (acima de P30). Este fato indica a associação tanto entre TEP e TOPE, como entre TEP e TQEN.

O grupo das microrregiões que representa o extremo inferior em termos de TEP, é o mesmo que apresenta as taxas mais elevadas de grandes propriedades. Este grupo é formado por: Sertões de Inhamuns, Sertões de Quixeramobim, Sertões de Crateús, Serra do Pereiro, Sertões de Canindé, Sertões de Senador Pompeu e Ibiapaba Meridional, dentre estas microrregiões, quatro detêm as taxas mais baixas de oportunidades educacionais (abaixo de P38) e de qualidade do ensino (abaixo de P25).

Os resultados do teste de correlação expressam para a relação TEP *versus* TOPE um $rh = 0,37$ e para a relação TEP *versus* TQEN $rh = 0,51$; ambos significativos ao nível de 0,05, confirmando portanto a hipótese 2.

Estes achados mostram-se consistentes com o quadro de referência no qual se apoiou a hipótese.

- c) *Hipótese 3*: Quanto maior é o número de pessoas com ocupação permanente quando comparado com o número de pessoas com ocupação temporária no setor agrícola, maiores as oportunidades educacionais e melhor a qualidade do ensino do 1.º grau.

Quando se examina o Quadro 1, Coluna C, a atenção é despertada pelos valores referentes a "pessoa com ocupação permanente, as TPOP situam-se abaixo de P8. Na verdade as categorias ocupação permanente e ocupação temporária incluem a subcategoria "trabalhador rural assalariado", portanto, o camponês não possuidor dos meios de produção agrícola. É plausível supor por conseguinte, que o número de camponeses nessas categorias seja um pouco superior àquele detectado pelo Censo Demográfico de 1970, (trabalhados aqui). De qualquer forma, o número de trabalhadores rurais assalariados não pode ser muito grande, considerando: primeiro o elevado número de pequenas propriedades no Estado (cerca de 90%); segundo o fato

das grandes propriedades dedicam-se à pecuária extensiva, absorvendo apenas 3% da força de trabalho rural (Barreira, 1977).

O subconjunto das cinco microrregiões que apresentam TPOP um pouco mais elevado (entre P6 e P8) é basicamente o grupo que tem se destacado em termos taxas de oportunidades educacionais e qualidade do ensino mais elevados ou seja: Fortaleza, Cariri, Litoral de Pacajus, Serra do Baturité, e em menor escala os Sertões do Cariri.

Essa associação é demonstrada pela comparação das taxas percentuais e confirmada pelos resultados positivos e significativos da correlação (ao nível de 0,05). Para a relação entre TPOP e TOPE obteve-se $rh = 0,35$ e para a relação entre TPOP e TQEN o rh é igual a 0,61.

7 — DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A confirmação das hipóteses, mostra a consistência entre os resultados e o quadro de referência teórico desenvolvido neste estudo. Ao mesmo tempo evidencia o quanto é importante não isolar questões específicas da totalidade econômica, social e política.

As relações significativas observadas entre as variáveis econômicas e educacionais podem ser atribuídas ao tipo de sistema econômico agropastoril vigente na Região. Entretanto, afirmar apenas que se evidenciam relações entre estes dois conjuntos de variáveis, não acrescenta muito. Faz-se necessário explicar porque e como se processa a reprodução da situação existente.

Ora, a realidade econômica apreendida mostra a predominância do setor econômico primário (agropecuária), tendo em vista que mais da metade (13 dentre 23) das microrregiões pesquisadas apresentam uma TPSA que situa-se acima de P80 e que somente seis (6 das 23) microrregiões têm uma TPSA situada abaixo de P70 (conforme Quadro 1, coluna A). Estes dados aproximam-se dos resultados apontados por Moreira Filho (1979) que encontrou para o Nordeste uma TPSA, em 1970 situada acima de P60.

Observa-se também que as atividades agrícolas realizam-se basicamente nas pequenas propriedades; estas são predominantes com uma TEP situada acima de P90. Constata-se também que são muito baixas as taxas referentes tanto a pessoas com ocupação permanente (abaixo de P8).

No que diz respeito às variáveis oportunidades educacionais e qualidade do ensino, como era esperado, verifica-se alta correlação entre ambas com $rh = 0,61$, significativo ao nível de 0,05. Portanto, as variáveis educacionais se relacionam de modo semelhante com as variáveis econômicas, deste estudo.

A análise realizada mostra que as altas taxas de exclusão por parte do sistema escolar das populações escolarizáveis rurais e periféricas urbanas no Nordeste, refletem a nível superestrutural as relações de desigualdades flagradas ao nível da base econômica regional que se constitui num reflexo do sistema capitalista global.

Na raiz deste processo encontra-se a concentração da propriedade da terra. Para o Ceará o grau de concentração da terra calculado através do índice de Gini era em 1970, igual a 0,73, que indica "uma concentração forte a muito forte" (CEPA, Ce., 1978). Quanto ao Nordeste o índice de Gini era, no mesmo ano, igual a 0,84 (Coelho e Brasilino, 1979). Estudo realizado pelo INCRA (*apud* Franco, 1979) destaca que o fortalecimento do latifúndio tem se evidenciado como a característica marcante da estrutura fundiária nordestina.

Estes números são suficientes para mostrar a coexistência do *complexo latifúndio-minifúndio* no Nordeste. De acordo com a opinião de Sá Júnior (1975), o referido complexo mantém relação estrutural de interdependência que assegura a manutenção das relações de produção que ocorrem no sistema econômico agropecuário da Região.

A manutenção do sistema existente acarreta várias conseqüências. Em primeiro lugar a excessiva concentração da propriedade da terra permite que se mantenha inalterada a divisão social do trabalho implantado na etapa pré-capitalista. Ou seja, a especialização de funções: enquanto os minifundiários dedicam-se às "culturas alimentares", comumente ditas de "subsistência", os latifundiários dedicam-se à pecuária extensiva (com o gado criado à solta) e às "culturas comerciais", notadamente o algodão. Para se ter uma idéia clara desta situação em 1967 a área cultivada com lavouras no Nordeste era de 12,1 milhões de ha e a de pastagens de 23,8 milhões (Franco, 1979).

Em segundo lugar, como o grande proprietário dedica-se prioritariamente à pecuária extensiva, e devido ao modo como a mesma se realiza, o latifúndio absorve uma parcela insignificante da mão-de-obra rural (menos de 3%) em decorrência, observa-se uma excessiva concentração da força de trabalho nos minifúndios, cerca de 66% (Barreira, 1967). Fato que explica porque são tão baixas as taxas de pessoas com ocupação

permanente (TPOP abaixo de P8). A situação afigura-se como sendo muito grave quando se considera que "50% das famílias agrícolas do Nordeste não têm acesso à terra e dependem das oportunidades de emprego oferecidas pelos grandes estabelecimentos" (Moreira Filho, 1979 p. 192).

Outro importante aspecto a ser analisado diz respeito à relação existente entre o complexo latifúndio-minifúndio com a produtividade da região. Como discutiu-se antes, o grande proprietário nordestino privilegia a pecuária extensiva por ser uma forma de ocupação das extensas faixas de terra e porque não requer grandes investimentos. Por sua vez o minifundiário que dedicando-se a "subsistência" não recebe estímulos em termos de crédito e assistência técnica, e não tem condições para explorar de forma eficiente sua pequena propriedade, via de regra, exaurida por um longo processo de expropriação que tem lugar notadamente na circulação do excedente produzido.

Nesse quadro geral se situa o sistema de exploração da grande propriedade através da parceria. Esta se caracteriza pela combinação da crescente oferta de mão-de-obra, dos baixos índices de produtividade e da existência de grandes extensões de terras ociosas. Tais fatores combinados tornam viável essa relação de produção para "o proprietário no sentido da divisão de riscos e custos e para o parceiro uma opção compensatória à falta de terras" (Barreira, 1977, p. 1).

A realização da parceria comumente é feita sob a forma de consórcio das "culturas alimentares" destinadas à "subsistência" do parceiro, com o algodão geralmente entregue ao proprietário após a colheita como forma de pagamento pelo uso da terra. Conseqüentemente deste sistema de exploração também resulta os índices de produtividade muito baixos. "Enquanto no Nordeste a produtividade média anual em toneladas por hectare de algodão era de 0,25 toneladas no período 1969/71, no Sul este rendimento era de 1,22 T/ha no mesmo período" (Coelho e Brasilino, p. 60).

Em suma, o quadro geral composto, beneficia o latifundiário quer do ponto de vista econômico — porque assegura a vigência de salários extremamente baixos, quer em termos políticos porque quanto mais fraco é o camponês mais ele se torna presa fácil do poderio "coronelesco" local. Portanto, a situação reinante favorece o jogo de poder dos grupos dominantes a nível local, regional e nacional — definindo-se, deste modo, como uma "dimensão interna da dependência" (Cardoso e Faletto, 1979).

A conseqüência lógica deste processo de dominação traz uma situação de pobreza generalizada onde a maioria das pessoas da Região (66,7%) recebem menos de um salário mínimo (II PND — 1975-79), ressalte-se que não por acaso o salário mínimo da Região é o menor do País. No âmbito rural em 1970, 80% das famílias que foram consideradas de baixa renda, percebiam em torno de 175 dólares anuais “configurando-se portanto uma situação de pobreza realmente ampla no meio rural” (Coelho, 1979, p. 60).

Assim, a elevada concentração fundiária, como destaca estudo do INCRA (*apud* Franco, 1979), acarreta entre outras conseqüências extremas, desigualdade na distribuição de renda, fato que explica os baixos índices de vida da população do campo, sendo o fenômeno das desigualdades educacionais uma das manifestações desse quadro global de pobreza. Portanto, a partir destes resultados, pode-se inferir que o problema-chave da escolaridade desigual reside na própria estrutura da “sociedade de classe”, que não pode por definição promover a construção de uma sociedade aberta (Cunha, 1977).

Com base nos resultados obtidos e na análise feita, pode-se afirmar que ao nascer na sociedade nordestina “os homens herdaram um mundo de desigualdade” (Lane, 1971). E o mais sério disto tudo é que as desigualdades econômicas, impõem restrições, quanto à desigualdade político-social e conseqüentemente quanto a redução das oportunidades educacionais e da qualidade do ensino.

O problema afigura-se muito mais grave quando se sabe que as oportunidades educacionais não dependem apenas de oferta de vagas compatíveis com a população escolarizável. Entende-se que a razão das baixas taxas de escolaridade em áreas periféricas (urbanas e rurais), reside na ausência de condições mínimas da família para mandar o filho à escola. E quando o faz a criança é de imediato “expulsa pelo sistema”, como se observa no meio rural do Nordeste onde apenas 3% das crianças que ingressam na 1.ª série atinge a 4.ª série do 1.º grau (Japiassu, 1978).

Referida “expulsão” da criança pela escola não é um fenômeno novo, tampouco se constitui novidade as tentativas para a explicação do mesmo. Atualmente análises alinham, ao lado dos fatores macro-estruturais, àqueles de ordem intra-escolar (Mello, 1979) os quais agravam ainda mais o problema de seletividade educacional.

Os fatores intra-escolares, em última análise, são reflexos da situação estrutural nos seus diferentes níveis. Como explicita a teoria da reprodução (Bourdieu e Passeron, 1975), a es-

cola não reproduz apenas as relações de classe, mas também a cultura dos grupos dominantes. No âmbito intra-escolar, as crianças das classes subalternas das culturas dominadas, caso típico da sociedade rural nordestina, são submetidas a um processo de desvalorização ou de inferiorização de sua cultura e do próprio trabalho agrícola.

O ponto crucial do sistema do ensino vigente é a separação entre o mundo da cultura, a escola — e o mundo do trabalho; referido sistema separou da vida produtiva a criação e a transmissão da cultura; daí resulta a alienação do indivíduo em benefício da produção dominante (Tragtenberg, 1980).

As conseqüências desta prática educativa, são basicamente duas. De um lado a dominação e a cooptação daqueles indivíduos julgados aptos, de outro, a “expulsão” ou “evasão” dos “inaptos”. Este processo de seleção é realizado de conformidade os parâmetros da “ideologia das aptidões naturais” (Bisseret, 1979).

8 — CONCLUSÕES

O presente trabalho pretendeu aprofundar estudos anteriores relativos às oportunidades educacionais e à qualidade do ensino na Região Nordeste. Procurou, por conseguinte, uma compreensão do fenômeno educacional a partir da análise dos fatores econômicos que interferem nas oportunidades educacionais e na qualidade do ensino, buscando alternativas que contribuíssem para a concretização de mudanças educacionais substantivas.

Apoiado na análise dos resultados pode-se formular as seguintes conclusões:

— as variáveis educacionais estudadas — oportunidades educacionais e qualidade do ensino de 1.º grau, caracterizam-se pelo seus baixos índices de efetivação. A lógica das relações significativas encontradas e o apoio do referencial teórico permitem concluir que as desigualdades educacionais, no caso em estudo, são condicionadas pelas desigualdades estruturais produzidas pelo tipo de sistema econômico vigente na Região.

A qualidade do ensino apresenta valores percentuais extremamente baixos uma vez que a maioria dos professores não possuem a qualificação mínima requerida pela legislação e muitos sequer cursaram o 1.º grau completo. Ora, sabe-se que o professor desempenha a tarefa mais importante num processo educativo inovador. O papel transformador da educação realiza-se na prática do educador e esta depende fundamental-

mente dos propósitos que se pretende alcançar, dos mecanismos de ação e sobretudo do compromisso assumido pelo educador.

Assim, para se viabilizar uma prática educativa capaz de contribuir para as mudanças de ordem sócio-educativa na Região faz-se necessário e urgente qualificar o corpo docente do ensino de 1.º grau. Contudo advoga-se um processo de formação do professor que o enraíze no local onde a escola se insere, que valorize a cultura local e o trabalho agrícola, enfim que busque a vinculação entre os processos educativos e produtivos. Por este caminho talvez se consiga superar o "caráter supérfluo" da educação. (Singer, 1977).

Para que isso possa se efetivar de fato, a escola rural deve ser "reinventada" face as características do meio social onde se insere. A premissa implícita aqui a que a escola só faz sentido na medida em que ela se enraíze na realidade concreta desenvolvendo os conhecimentos, qualificações e valores que contribuem para uma permanente melhoria da mesma. A concretização deste tipo de escola se fará na proporção em que o pressuposto da articulação escola/realidade social for sendo concretizado, isto na verdade implica na vinculação entre estudo e trabalho produtivo, ou seja entre trabalho manual e trabalho intelectual. Isso implica numa dinamização da vida da escola e da vida da população local a partir da dialetização da prática social de ambos.

9 — REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARAN, P. *A Economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- BARREIRA, Cesar. *Parceria na cultura do algodão; sertões de Quixeramobim*. Brasília, Tese de Mestrado em Ciências Sociais. UNB, 1977.
- BERGER, Manfredo. *Educação e dependência*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.
- BERNSTEIN, Basil. Elaborated and restricted codes; their social origins some consequences. In: *Ethnography of communication american anthropologist*. Special Issue, 66, 1964.
- BISSERET, I. N. A Ideologia das aptidões naturais. In: DURAN, J. C. A *Educação e hegemonia de classes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- BONAMIGO, E. & PENNA FIRME, T. Análise da repetência na 1.ª série do 1.º grau. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 5 (2) 1979.
- BOURDIEU & PASSERON. *A Reprodução*; elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, F. Alves, 1975.
- CARDOSO, Faletto. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*; ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

- CEARÁ. Superintendência do Desenvolvimento do Ceará. *Regionalização e tipologia agrícola no Ceará*. Fortaleza, SUDEC, 1977.
- CEARÁ. Coordenadoria do Planejamento Agrícola — CEPA. *Estrutura Funct. diária do Ceará*. Fortaleza, CEPA, 1978.
- CEARÁ. Secretaria da Educação. *Plano Estadual de Educação — 79-83*. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1979.
- COELHO J. & BRASILINO, A. Crédito rural no Nordeste e os serviços complementares. *Boletim de Agricultura*, SUDENE, Recife, 1979.
- COLMAN, James. The Concept of Equality of Educational Opportunity. In: Cosin et alii. *School and Society; a sociological reader*. London, Routledge e Kegan Paul. The Open University Press, 1974.
- COSTA, R. A. *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1977.
- CUNHA, L. A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978.
- DAMASCENO, M. N. *Oportunidades Educacionais no Ensino Rural de 1.º grau do Nordeste*. Porto Alegre, (mimeo), 1980.
- DIEGUES JR., M. População Rural no Brasil. In: QUEDA & SZMRECSANYI (PRG) *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo Ed. Nacional, 1976.
- FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o Capitalismo Agrário e a mudança Social no Brasil. In: QUEDA e outro (org.) *Vida Rural e Mudança Social*, São Paulo, 1976.
- FERRARI, Alceu. Utilização das Estatísticas Educacionais dos Censos Demográficos e dos Registros Escolares; uma Tipologia de Análise. *Rev. Educação a Realidade*, Porto Alegre. UFRGS. Faculdade de Educação, 4 (2) 1979.
- FRANCO, J. A. A problemática do Desenvolvimento Rural no Nordeste. *Boletim de Agricultura*. Recife, SUDENE, 3 (1) 1979.
- FRANK, Andrew. Desenvolvimento do Subdesenvolvimento Latino-Americano. In: PEREIRA, L. (org.) *Urbanização e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- FREITAG, Barbara. *Educação e Sociedade*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1970.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Censo demográfico de 1970*. Rio de Janeiro, 1971.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Censo agrícola do Ceará — 1970*. Rio de Janeiro, 1971.
- GRACIARENA. *O Poder das classes sociais no desenvolvimento da América Latina*. São Paulo, Ed. Mestre Jou, 1971.
- IANNI, Octávio. "Relações de produção e proletariado rural". In: QUEDA & SZMRECSANGI (org.) *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo, Ed. Nacional, 1976.
- JAPIASSU, Janide. *A Escola Rural*. Recife, SUDENE, 1976.
- KERSTENETZKY, I et alii. Indicadores Sociais da Educação. In: *Projeto Educação*. Brasília, Senado Federal, Comissão de Educação e Cultura, UNB, 1979, t. 3.
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

- LAME, D. *The end of Inequality?*. Baltimore, Panquin Books, 1971.
- LOPES, J. B. Do latifúndio à empresa; unidade e diversidade do capitalismo no campo. In: *Caderno de CEBRAP* — 26. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- MELLO, G. N. Fatores intra-escolares como mecanismo de seletividade no ensino de 1.º grau. *Educação e Sociedade* n.º 2. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.
- MOREIRA FILHO, J. C. Alguns aspectos da agricultura do Nordeste. *Boletim de Agricultura*. Recife, SUDENE, 3 (1) 1979.
- SÁ JUNIOR, Francisco. *O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de subsistência*. São Paulo, Brasiliense, CEBRAP, 1975 (Seleções 1).
- SANTOS, T. dos. A Crise da teoria do desenvolvimento e as relações de dependência na América Latina. In: JAGUARIBE, H. *A Dependência política econômica na América Latina*. São Paulo, Loyola, 1976.
- SELTIZ, C. et alii. *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. São Paulo, Herder, 1967.
- SINGER, P. Emprego e urbanização no Brasil, *Estudos CEBRAP*, n.º 9, São Paulo, Brasiliense, 1977.
- TRAGTENBERG, M. O Conhecimento. Expropriado e a reapropriação pela classe operária; Espanha 80. *Educação e Sociedade* n.º 7. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1980.
- VAN DALLEN e HAYER. *Manual de Técnicas de 1.ª Investigación Educativa*. B. Aires, Paidós, 1971.